

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



## A DIVERGÊNCIA ENTRE A TEORIA E PRÁTICA DIANTE DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE EM CONCURSOS PÚBLICOS MILITARES

### Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini

Ana Carolina Da Silva Resende

Leticia Da Silva Almeida

Marcus Vinicius Pimenta Lopes

Luciana Calado Pena

Joyce Moret Ferreira

### Categoria do Trabalho

1

### Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

### Introdução

O artigo 5º da Constituição Federal define que todos são iguais perante a lei, não havendo distinção entre homens e mulheres, sendo esses iguais em direitos e obrigações. Todavia, ao abordar o âmbito dos concursos públicos militares, ainda, nota-se em grande maioria a distinção na distribuição de vagas para adentrar nas corporações, fator, o qual, fere diretamente o princípio constitucional de igualdade.

Hodiernamente, possuímos como exemplo o cancelamento do concurso da Polícia Militar de Minas Gerais, em face do respectivo impasse, visto que foi considerado a medida cautelar concedida na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.488 distribuída pelo relator Ministro Nunes Marques.

### Objetivo

O objetivo é indicar que mesmo a constituição sendo suprema diante das demais normas, ainda há princípios que são infringidos na prática. E como mesmo a constituição possuindo clareza na definição dos princípios precisamos de definir, depois de muitos anos, atos que são considerados inconstitucionais. Além de acrescentar uma crítica ao sistema jurídico brasileiro.

### Material e Métodos

Art. 3º da Lei n. 22.415, de 16 de dezembro de 2016

O número de militares do sexo feminino será de até 10% (dez por cento) do efetivo previsto nos Quadros de Oficiais - QO - e nos Quadros de Praças - QP - da PMMG e do CBMMG e no Quadro de Oficiais Complementares - QOC - da PMMG, não havendo limite para o ingresso nos demais quadros.

Constituição Federal Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

### Resultados e Discussão

A Constituição Federal define que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;”, além disso define também que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Contudo, ao pegar como base o art. 3º da Lei n. 22.415, de 16 de dezembro de 2016, nota-se um impasse entre o que é definido em magna carta e em uma lei ordinária, visto que a lei aborda uma distinção em relação ao sexo, havendo assim a discriminação ao limitar as vagas para as mulheres adentrarem no cargo de Policiais Militares. Logo, o sexo feminino não deveria ser considerado como embasamento para atender as qualificações do serviço militar, visto que em lei, não pode existir tal diferenciação. Nota-se que existe discriminação em relação às mulheres diante do sistema jurídico, visto que ainda é permitido e é criada normas que possibilitem infringir princípios indispensáveis descritos na constituição.

### Conclusão

Conclui-se que é dever do Estado proporcionar paridade na distribuição de cargos e possibilitar as mesmas oportunidades da entrada de mulheres na Polícia Militar diante do que é definido em constituição. Logo, fica o questionamento ao sistema jurídico brasileiro: como que uma lei que está infraconstitucional se sobressai à constituição que é a norma suprema do Estado Brasileiro? Uma coisa é a jurisprudência, outra trata-se de ultrapassar leis de menor importância sobre a carta magna.

### Referências

<https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-22415-2016-minas-gerais-altera-a-lei-n-22415-de-16-de-dezembro-de-2016-que-fixe-os-efetivos-da-policia-militar-do-estado-de-minas-gerais-pmmg-e-do-corpo-de-bombeiros-militar-de-minas-gerais-cbmmg-para-o-periodo-de-2017-a-2019>

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)